

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ALPIARÇA

ATA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ALPIARÇA DA SESSÃO ORDINÁRIA REALIZADA NO DIA 13 SETEMBRO DE 2018 - MANDATO 2017 - 2021-----

--- Aos treze dias do mês de Setembro de dois mil e dezoito, reuniu em Sessão Ordinária no Auditório do Edifício dos Paços do Município, a Assembleia Municipal de Alpiarça, cuja mesa foi composta pelo seu Presidente, Fernando Rodrigues Louro e suas secretárias; 1ª Secretária - Liliana dos Santos Carapinha, 2ª Secretária - Fernanda Maria Maia Nunes Fragoso Garnel, verificou-se a presença dos seguintes deputados municipais: Júlio Manuel Fernandes Pratas, João Osório, Anabela Feliciano da Costa, Celestino Tomaz Pereira Brasileiro, Fernanda Maria Coutinho Precaté Fontainhas Amorim Cardigo, Armindo Pinto Batata, Joaquim Luís Rosa do Céu, Maria Graciete Agostinho da Costa Pereira de Brito, Abel Ferreira Melro Pedro, Maria Filomena Lopes Rúbio, Carlos Alberto Dias Marques, Ana Rita Monteiro Marques.-----

Da bancada do PS, suspendeu Ana Margarida Rosa do Céu.-----

--- Verificou-se ainda a presença dos seguintes elementos do Executivo Municipal: Presidente Mário Fernando Atracado Pereira, Vereador João Pedro Costa Arraiolos, Vereadora Alzira Maria Nunes da Cunha Marques Agostinho a substituir Vereador António da Conceição Moreira e Vereadora Sónia Isabel Fernandes Sanfona Cruz Mendes que chegou às 21h21. O Vice-Presidente Carlos Jorge Duarte Pereira, não esteve presente.-----

--- O Sr. Presidente da Assembleia Municipal de Alpiarça, deu início aos trabalhos às 20 horas e 53 minutos.-----

PERÍODO DE INTERVENÇÃO DO PÚBLICO-----

Não houve intervenções.-----

PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA-----

--- O Sr. Deputado Armindo Batata, falou de uma acção de formação promovida pela CIMLT, da qual não terá sido informado pelo Presidente da Assembleia. Mais considerou que esses convites deveriam, ser enviados para todas as bancadas. O Sr. Deputado falou ainda sobre a ANAM (Associação Nacional Assembleias Municipais) e questionou sobre o preenchimento de um

inquérito e sobre a adesão da Assembleia Municipal de Alpiarça a esta Associação, criticando o facto de a Assembleia não ter tomado conhecimento, protestando veementemente por isso.-----

Sobre o Jardim Municipal questionou o valor do montante gasto a mais, por causa do cemitério, tendo referido o montante de 44,775,00 euros. -----

Referiu que continua à espera do relatório de Turismo – Plano Estratégico do Turismo de Alpiarça.--

Sobre o festival do melão, questionou se o Sr. Presidente da Câmara pode facultar o valor referente ao volume de vendas do melão na feira, os contactos estabelecidos e as perspectivas de futuro.-----

--- Em seguida o Sr. Deputado Carlos Marques, questionou se existe da parte do Município alguma ideia para dinamizar e rentabilizar o investimento que vai ser feito no mercado municipal.-----

---A Sr.ª Deputada Ana Rita Marques, questionou o executivo, sobre o estado de conservação dos imóveis em Lisboa do património de José Relvas e se os apartamentos em causa estão a ser todos arrendados e se está a ser divulgado de alguma forma que estes imóveis existem e de que forma é que se pode ter acesso aos mesmos.-----

---A Sr.ª Deputada Filomena Rúbio, falou sobre o equipamento da unidade de cuidados continuados a instalar em Alpiarça e referiu que o prazo de candidatura terminava em Junho e questionou o executivo do que é que já foi feito relativamente a este assunto.-----

---O Sr. Deputado Joaquim Rosa do Céu, fez uma breve consideração sobre o que é um investimento público e fez considerações gerais sobre as obras que o executivo fez.-----

Falou sobre os 5 meses passados, após a inauguração da reformulação do Jardim Municipal, e questionou o executivo se já há uma leitura retrospectiva do benefício social que resultou daquele investimento. -----

Benefício social em termos de utilização do espaço, em termos de ocupação, em termos de novas iniciativas, em termos de adesão de pessoas, individuais ou coletivas, às situações existentes.-----

Falou sobre evento da Alpiagra, disse não ter entendido um critério que ao longo dos anos foi feito na chamada praça das Tasquinhas, e que colocou naquela espaço as condições necessárias, face à lei, para poder funcionar com parâmetros de exigência e para colocar lá uma outra actividade.-----

--- O Sr. Deputado entregou e distribuiu algumas fotocópias, e referiu que as mesmas pretendem ligar-se a um assunto que já foi falado numa assembleia, que é sobre o plano de Valorização Turística do Concelho de Alpiarça.-----

Sobre este assunto disse que trouxe esta situação à reunião porque o esforço financeiro e de execução das mesmas ou a sua correção é zero.-----

A primeira situação que relatou, foi sobre uns painéis instalados em tecido urbano e que, não se

vislumbra o que anunciam e o que promovem uma vez que são placards gastos pelo tempo, desprezados, e portanto que não tem mensagem alguma.-----

Outra situação que relatou, foi sobre uma ilha de ecopontos e que a triagem e reciclagem é um hábito salutar, e disse que não se deve deixar lixo junto dos ecopontos referiu que existem contentores de boca aberta em algumas ruas do Concelho e que os ecopontos estão sujos, gastos pela gordura. -----

Questionou, se não há ninguém, responsável que passe por estes locais com olhar crítico? -----

--- O Sr. Deputado Abel Pedro, na sua intervenção falou sobre o Programa Valorizar, referiu, que este programa é um programa que tem por objectivo valorizar projetos com interesse para o turismo, que tinha um prazo de candidatura que entretanto e infelizmente, pelos incêndios que deflagraram no país em Outubro de 2017, o prazo foi alargado até 30 de Junho de 2018.-----

Referiu que tendo em atenção que isto é um programa com uma comparticipação na ordem dos 90% do valor das despesas ilegíveis, perguntou, se a Câmara concorreu a este programa valorizar e se concorreu quais os projectos que apresentou? E se não concorreu, o porquê de efectivamente não ter aproveitado esta oportunidade tendo em atenção que estamos num Município que se diz virado para o Turismo e para a dinamização cultural.-----

O outro assunto que falou, foi sobre os funcionários da Câmara Municipal, que mudaram de lugar nomeadamente sobre a funcionária Paula Esteireiro. Perguntou o porquê desta funcionária que estava no Museu, que investiu na sua formação, fez um roteiro, e agora foi passada para os serviços de limpeza. O que é que se passou?-----

--- Usou da palavra a Sr.^a Deputada Graciete Brito, constatou e destacou o estado lastimável a que chegou a nossa terra, as ruas estão cheias de ervas, os contentores do lixo são nauseabundos, disse não saber há quanto tempo foram lavados, e que Alpiarça chegou a um estado tal de degradação, como se já não bastassem as casas que são particulares e estão degradadas. Disse que também se denota o afastamento que as pessoas têm desta terra, que não é apetecível para viver, porque tudo está ao abandono, tudo está mal tratado.-----

Sobre a Alpiagra disse não ter uma opinião muito bem formada, porque não teve oportunidade de lá ir muitas vezes, no entanto, o espaço que foi escolhido para a restauração surpreendeu-a muito, porque o espaço anterior até estava bonito, estava arranjado, mas, ficou com dúvidas e questionou o Sr. Presidente, sobre o local onde estavam as botijas do gás, se estavam dentro do pavilhão, se foram tomadas medidas para que não houvesse qualquer perigo. -----

Por outro lado, disse que viu lá 3 restaurantes, e pareceu-lhe que só um deles era de Alpiarça,

perguntou que retorno financeiro é que aquele espaço de restauração trouxe para Alpiarça? -----
Também disse que o espaço era um espaço muito ruidoso, e extremamente quente. Gostava de saber o porquê desta opção. -----

Entretanto questionou o Sr. Presidente da Assembleia Municipal, já que acha muito estranho e muito curioso que os últimos deputados a inscreverem-se sejam sempre os da CDU, e que portanto gostava de saber o porquê.-----

--- O Sr. Presidente da Assembleia respondeu que aceita a ordem de inscrição, conforme os deputados se inscrevem e também disse que não altera a ordem que os deputados se inscrevem.--

--- Interveio a Sr. Deputada, Fernanda Cardigo e, sobre as ultimas palavras da Sr. Deputada Graciete Brito, disse que se todos os deputados forem ver as últimas atas da Assembleia, que ela, Fernanda Cardigo, foi sempre a segunda a falar, e portanto não está nessa estratégia que a Sra. Deputada acabou de referir.-----

--- A Sr.ª Deputada deu nota das atividades da Junta de Freguesia, neste período curto, mas muito difícil, por causa das férias. Mas foram realizadas as Festas de Verão, muito participadas e organizadas com pouco dinheiro. Cultura do povo quer se concorde ou não.-----

Disse, congratular-se com participação da Junta de Freguesia, no Festival do Melão, disse que continuam a entender que é muito importante a divulgação do melão de Alpiarça e que, cada vez mais está a ser reconhecido.-----

Sobre a Alpiagra, referiu ter achado interessante que nesta Assembleia, num período de 10 minutos, conseguiu-se denegrir, aquilo que toda a gente viu que foi um sucesso.-----

Informou que a Junta, apesar dos seus poucos meios, tem outras actividades e que atualmente, está a colaborar em 3 moradias de pessoas com carência socio-económica, e neste caso a colaboração é com materiais. Referiu que são dois telhados e uma cozinha. Também referiu que fez a adaptação de um WC para pessoas com mobilidade reduzida, e as reparações nas escolas, que agora, estão a ser muitas neste momento. Isto tudo com pouco mais de duzentos mil euros.-----

--- O Sr. Deputado Celestino Brasileiro, falou sobre o Festival do melão e a importância do melão no Concelho de Alpiarça. Continua a ser muito importante para muitas famílias de Alpiarça, apesar de ter decaído a sua produção. O Festival do Melão, as transmissões televisivas, têm contribuído para a divulgação da marca Melão de Alpiarça. Realce-se a divulgação que se tem dado a um melão muito nosso, o melão Manuel António.-----

---O Sr. Deputado João Pedro Osório disse que abdicava da sua palavra e deu a palavra à Sr.ª Deputada Anabela Costa uma vez que por lapso não tinha sido inscrita.-----

--- O Presidente da Assembleia concordou pelo facto de ter visto que a deputada Anabela se tinha mesmo inscrito.-----

--- A Deputada Anabela Costa sobre a Alpiagra disse que gostou muito da organização, do conceito, da divulgação, e da preocupação de chegar a todos.-----

Entendeu que a divulgação foi excelente e trouxe uma grande afluência de pessoas ao certame.-----

Disse que foi um cartaz diversificado e no certame, houve a valorização dos produtos regionais, locais, e dos produtores.-----

Gostou da alteração do espaço da restauração apesar de só participarem 3 restaurantes disse saber o quanto é difícil fazer sair o restaurante da sua sede para um certame sem esquecer o facto que existem outros eventos na mesma altura do ano.-----

Sobre o festival do melão disse que serve para valorizar um produto, aquilo que é nosso, e respondeu ao Sr. deputado Armindo Batata dizendo que um certame desta envergadura, serve evidentemente para valorizar, transmitir e dar a conhecer aquilo que de melhor nós temos. Referiu que não serve para elaborar relatórios de vendas não é nenhuma organização de produtores é uma autarquia.-----

--- Terminadas as intervenções o Sr. Presidente da Assembleia deu a palavra ao Sr. Presidente da Câmara.-----

--- O Sr. Presidente da Câmara informou que deixava dois temas para o Vereador João Pedro Arraiolos responder; o arrendamento dos prédios em Lisboa, o programa Valorizar e a eventual participação do Município no concurso de financiamento. Sobre o Jardim Municipal disse que teve obras a mais e teve trabalhos a menos, disse que existiu um ajuste e que foram assuntos e temas de deliberações da Câmara Municipal de acordo também com as informações técnicas e noutros casos de opções políticas. Disse que o projecto de arquitetura e de especialidades é participado no âmbito da candidatura em 85%. É um projeto que valoriza a imagem de Alpiarça e que irá proporcionar outros investimentos como o espaço de restaurante e bar cujo prazo de abertura foi prorrogado até 30 de setembro.-----

--- Referiu que o Plano estratégico de valorização turística ainda não está concluído e quando estiver será objecto de apreciação e discussão pública nomeadamente com os senhores deputados municipais.-----

Sobre o festival do melão disse que o evento não tem como objectivo vender melão no espaço do festival referiu que a Câmara Municipal e Junta de Freguesia não têm os dados que estão a ser solicitados pelo Sr. Deputado Municipal Armindo Batata mas na sua opinião o festival foi um

sucesso nomeadamente pela possibilidade que se tem tido de se ter a televisão em Alpiarça com grande valorização do nosso concelho e não exclusivamente do melão.-----

Relativamente à questão sobre o Mercado Municipal esclareceu que o projecto se encontra enquadrado como sendo de regeneração urbana considera que pelo facto do espaço reunir melhores condições só por isso, haverá tendência a ser mais frequentado terá melhores bares e esplanadas e terá uma faceta destinada à divulgação cultural.-----

Sobre a questão da unidade dos cuidados continuados não houve condições para uma candidatura no primeiro momento até porque as condições financeiras do município são parcas e surgiu uma outra situação que são as obras de recuperação global da Escola 2, 3 de Alpiarça que implica um esforço financeiro não totalmente previsto pela Câmara.-----

Sobre a questão do investimento público e retorno social salientou as candidaturas que têm apresentado que apontam essencialmente para o retorno social.-----

Sobre a alteração do espaço das tasquinhas disse que foi uma opção pela necessidade que houve de renovar o evento e que resultou pela grande afluência que registou, a partir daqui a Câmara irá refletir a fim de preparar o próximo ano. -----

O Sr. Presidente da Câmara respondeu à questão do Sr. Deputado Abel Pedro sobre a funcionária que mudou de lugar e disse que não ia responder às questões concretas de cada um dos funcionários referiu que o Município tem cada vez menos funcionários e cada um deles tem os seus problemas e as suas funções específicas. Disse também que haverá sempre a necessidade de ajustar. Fez também questão de enaltecer o papel da Junta de Freguesia na animação do verão em Alpiarça.-----

--- Em seguida o vereador João Pedro Arraiolos referiu que um dos prédios está a precisar de obras o prédio de Campo de Ourique está totalmente ocupado e o prédio na Amadora tem dois ou três apartamentos por alugar.-----

Sobre o projeto Valorizar informou que existem projetos aprovados concretamente o projeto de distribuição da rede hi-fi..-----

--- O Sr. Presidente da Assembleia deu início ao período da ORDEM DO DIA.-----

ORDEM DO DIA-----

--- **PONTO 1 - Informação escrita do Sr. Presidente da Câmara Municipal, acerca da atividade do Município e da sua situação financeira, ao abrigo da alínea c) do n.º 2 do art.º 25 da Lei n.º 75 de 2013 de 12 de Setembro.**-----

--- Interveio o Sr. Presidente da Câmara e explicou genericamente a atividade da sua agenda neste

período entre a realização destas duas assembleias entre 29 de Junho de 2018 e 13 de Setembro de 2018.-----

--- O Sr. Deputado Joaquim Rosa do Céu, sobre a realização da sessão de esclarecimentos realizada no dia 9 de Junho sobre os apoios à reabilitação urbana, questionou o executivo se há alguma leitura em termos de impacto que esta divulgação teve e de qual o potencial interesse em avançar com projetos em concreto, por parte das entidades que estiveram presentes. E se pudesse ser, seria bom também dar um painel sobre se a participação foi interessante ou não.-----

--- O Sr. Deputado Celestino Brasileiro interveio e falou nas melhorias que têm sido feitas no Parque do Carril que estão a ser feitas com o intuito de dar apoio ao festival do melão referiu que este ano construiu-se uma ponte pedonal junto ao paredão, construiu-se uma plataforma que serve também de apoio sendo uma mais-valia neste espaço, salientou que todo o relvado foi melhorado existindo assim um conjunto de espaços que ao contrário daquilo que aqui foi dito atraem muitas pessoas a Alpiarça. -----

--- Interveio a Sr.^a Deputada Graciete Brito disse que houve uma coisa que lhe agradou na Alpiagra, o facto de ver o espaço dos cafés voltado para o recinto dos espetáculos porque deu a possibilidade a muitas pessoas e algumas com mais dificuldades de estarem de pé, de verem os espetáculos com alguma comodidade disse julgar ter sido uma boa opção. -----

Outra boa opção foi, este início do ano letivo com esta receção aos professores, com uma ação de formação.-----

--- O Sr. Deputado João Osório falou sobre as empresas Alcides Catroga e Lezíria Verde, disse serem dois comerciantes industriais que comercializam melão e melancia em Alpiarça neste contexto, perguntou ao Sr. Presidente da Câmara se poderia falar um pouco sobre este tema. Outras duas situações que referiu, teve a ver com as questões colocadas antes da ordem do dia nomeadamente; o facto de Alpiarça não estar embelezada e a outra teve a ver com realização da sessão de esclarecimentos realizada no dia 9 de Junho sobre os apoios à reabilitação urbana referiu que esta ultima teve um grande interesse para imobiliárias, construtores, engenheiros, e Entidades Bancárias.-----

--- Teve a palavra o Sr. Presidente da Câmara respondendo a questões que lhe foram colocadas dizendo que a sessão de esclarecimentos foi organizada pela Câmara com a colaboração do IFFRU e da Comunidade Intermunicipal da Lezíria do Tejo, sobre o instrumento financeiro e o apoio à regeneração urbana disse que a sessão foi participada, estiveram presentes cerca de trinta a quarenta pessoas e disse considerar que foi muito positivo. Disse ter havido um trabalho de

contacto por parte da Câmara, com eventuais interessados procurando discutir estes aspetos da regeneração urbana ou colocando questões, houve contacto procurando informar que se iria realizar esta sessão e a sua importância e tal como foi dito pelo deputado João Osório, houve a participação de vários agentes económicos nesta área, de potenciais interessados em recuperar o seu edificado no interior dos espaços das ARU'S, no Concelho de Alpiarça das três áreas de requalificação urbana, referiu a presença dos próprios Bancos uma vez que estão associados a este processo e no fundo constituem um instrumento financeiro para apoio à regeneração urbana. Disse que houve contacto entre os particulares e os próprios representantes e em resumo referiu que houve alguma manifestação de interesse no entanto e uma vez que passou este período do verão e de férias, não teve nota clara se já houve alguma dessas manifestações de interesse que se traduziu em projetos concretos ou não.-----

Em relação à Alpiagra disse que já o ano passado houve essa preocupação de colocar os bares a doçaria e os cafés virados para o palco e disse que de facto é a melhor solução uma vez que à noite é o local onde estão mais pessoas reunidas e aproveitam para ver os espetáculos no palco principal. Sobre a acção de formação disse que foi uma formação creditada as horas podem ser mobilizadas para o crédito final e que foi realizada em articulação com o centro de formação de professores e o agrupamento, disse ainda que é um modelo que deve continuar nos próximos anos uma vez que junta o útil ao agradável. Informou que não se convidou ninguém para além dos professores e do Gabinete de Educação da Câmara.-----

Em relação às Empresas Agrícolas que estão estabelecidas na Zona Industrial Alcides Catroga Ld.^a e Lezíria Verde disse serem duas empresas com o seu trabalho reconhecido informou que a Empresa Alcides Catroga, Ld.^a, está a desenvolver um entreposto de comercialização de melão e de melância que anteriormente não tinha. -----

--- O Sr. Deputado Joaquim Rosa do Céu questionou o executivo se considera que a candidatura que apresentou aos fundos comunitários é uma atividade diária de realce ou não, no conjunto da atividade desenvolvida no Município.-----

----O Sr. Presidente da Câmara respondeu que sim que é de realce e importante.-----

--- Voltou a falar o Sr. Deputado Joaquim Rosa do Céu perguntou ao executivo qual foi em concreto a candidatura apresentada ao programa valorizar e em que altura.-----

--- O Sr. Deputado João Pedro Osório interveio e disse que gostava de realçar o facto do município de Alpiarça nestes últimos oito anos ter conseguido ver reduzida a sua dívida e sair do excesso de endividamento referiu que no final do ano passado ainda eram vinte e oito Câmaras com excesso

de endividamento e o Município de Alpiarça foi um dos que saíu em Janeiro deste ano disse também que no nosso distrito existem outras com situação muito gravosa algumas com situações de rotura financeira perante isto deu os parabéns ao Município de Alpiarça que tem feito um trabalho de valorizar. -----

--- O Sr. Presidente da Câmara e o Sr. Vereador João Pedro Arraiolos responderam ao Sr. Deputado Joaquim Rosa do Céu disseram que a candidatura foi apresentada em dezembro de 2017 e foi para a rede distribuição wifi e que já tinha sido referida na reunião. -----

--- **PONTO 2 - Apreciação e votação da Empreitada de Reabilitação e Adaptação do Mercado Municipal - Plano de Pagamentos - Município de Alpiarça - Serviço Técnico de Obras -----**

--- O Sr. Presidente da Câmara fez introdução ao ponto e disse que se tratava da Empreitada de Reabilitação e Adaptação do Mercado Municipal - Plano de pagamentos e solicitou ao Vereador João Pedro Arraiolos que descrevesse o ponto.-----

--- O Sr. Vereador João Arraiolos disse que o ponto vem à Assembleia Municipal pelas razões descritas na informação do Serviço Técnico de Obras trata-se de um projeto que já foi aprovado pela Câmara e pela Assembleia Municipal e que o processo de contratação decorreu durante o ano de 2018. Entretanto como foi do conhecimento dos Srs. Deputados o processo de contratação inicial ficou deserto e passou-se à fase seguinte que atrasou todo o decorrer do projecto passando para uma fase de ajuste directo conforme prevê a lei e que assim foi feito. Disse estando o projecto previsto para terminar em 2018 não houve a necessidade da autorização da Assembleia Municipal para os pagamentos plurianuais. -----

Explicou que havendo este atraso há a necessidade de aprovação da Assembleia Municipal uma vez que se tem a autorização genérica até cem mil euros pelo período de três anos para fazer compromisso plurianual neste caso, sendo o valor superior, há a necessidade de vir à Assembleia Municipal a aprovação do novo cronograma financeiro trata-se disso única e exclusivamente conforme está descrito e que neste caso é solicitado à Assembleia Municipal a autorização para assumir o compromisso plurianual dos encargos decorrentes desta operação para os anos de 2018 e 2019 de acordo com o quadro 70 mil 803 euros e 47 cêntimos para o ano de 2018 e 317 mil 161 euros e 48 cêntimos para 2019.-----

---Os trabalhos prosseguiram e o Sr. Presidente da Assembleia questionou se haviam inscrições para este ponto.-----

---O Sr. Deputado Abel Pedro disse que em relação ao ponto pretendia que ficasse claro que sabiam aquilo que estavam a aprovar um plano de pagamentos plurianual puro e simples no

entanto disse que havia algumas considerações que gostaria de colocar à consideração nomeadamente ter achado estranho numa altura de necessidade de trabalho o concurso ter ficado deserto e também entregar esta empreitada a uma empresa com a qual nós sabemos que a Câmara tem um conflito em acção judicial. Na sua opinião questionou, se não seria melhor resolver o problema a montante e depois avançar para a adjudicação ou adjudicar e eventualmente aguardar-se pelo que se poderá passar. -----

--- O Sr. Deputado Armindo Batata disse que tinha uma dúvida e disse que é óbvio este projecto estar aprovado na Câmara e em Assembleia Municipal mas crê que desde então se aprendeu alguma coisa e o que se aprendeu foram os erros que foram cometidos no Jardim Municipal. Uma aparente derrapagem orçamental erros cometidos no Parque Infantil, gostaria de saber se a Câmara procedeu a alguma revisão do projecto do caderno de encargos da proposta do empreiteiro isto em consequência daquilo que se aprendeu do Jardim Municipal.-----

--- Teve a palavra o Sr. Presidente da Câmara respondeu à questão do Sr. Deputado Abel Pedro e disse que neste momento não há qualquer acção judicial há alguns aspetos que estão a ser ultrapassados, estão a ser discutidos e há na opinião do executivo e opinião técnica dos serviços alguns aspectos que tem que ser corrigidos tem que ser resolvidos e que são imputados à empresa, ao Empreiteiro e isso está a ser resolvido.-----

--- O Sr. Presidente disse que a Câmara fez o procedimento de consulta prévia de convite a três empresas e houve uma que sem qualquer alteração do programa de concurso ficou com a obra. Relativamente ao Jardim afirmou que era necessário deixar de enfabular o caso do Jardim que as constantes referenciam a pequenos problemas que existem, diminui a intervenção da oposição. ---

--- O Sr. Presidente da Assembleia colocou o ponto à votação. -----

--- O ponto foi aprovado por maioria com 14 votos a favor das bancadas do PS e CDU (PCP-PEV) e uma abstenção da bancada do MUDA (PPD/PSD.CDS/PP-MPT) -----

--- **PONTO 3 - Apreciação e votação do 14º Relatório Semestral do PSF - Plano Saneamento Financeiro - Município de Alpiarça.**-----

--- O Sr. Presidente da Assembleia deu a palavra ao Sr. Presidente da Câmara que por sua vez deu a palavra ao Sr. Vereador João Pedro Arraiolos.-----

--- O Sr. Vereador João Pedro Arraiolos apresentou o ponto e disse que era o 14º relatório do PSF desde o seu início em 2011, que já eram catorze relatórios e que basicamente tratava-se de relatar em relação ao que está previsto no PSF a evolução da própria situação da autarquia. Disse que este PSF resultou num empréstimo contraído por 6 milhões 135 mil euros aproximadamente e que no

final de junho se situava em 3 milhões 531, portanto cerca de 2 milhões e 600 mil euros a menos em relação ao seu início. Disse ser composto por um conjunto de mapas demonstrativos da receita e da despesa ao longo deste mesmo período que se iniciou antes da sua aprovação, foi em Abril de 2011 e que basicamente reflete esta evolução positiva de redução do endividamento à custa do rigor possível e de acordo com a própria realidade que foi evoluindo ao longo dos tempos e que se foi alterando. A própria legislação que se alterou após a elaboração do PSF e que se situa numa redução superior a cinco milhões de euros em relação ao total do endividamento e conforme já tinha sido dito pelo Sr. Presidente coloca o Município abaixo do excesso de endividamento visto que tínhamos uma situação no final de 2009 de 2,71, 271%, neste período de 6 meses, verifica-se uma redução de 5,73%.-----

--- A Sr^a Deputada Graciete Brito colocou uma pequena dúvida relativamente a um valor da página 4 que a receita cobrada este ano seja muito inferior à cobrada em anos anteriores e muito inferior à orçamentada.-----

--- O Sr. Vereador João Pedro Arraiolos esclareceu que o valor corresponde apenas ao primeiro trimestre.-----

--- O ponto foi colocado à votação.-----

--- O ponto foi aprovado por maioria com 9 votos a favor das bancadas da CDU (PCP-PEV) e MUDA (PPD/PSD.CDS-PP-MPT) e 6 abstenções da bancada do PS.-----

--- **Ponto 4 - Apreciação e votação da Proposta da Transferência de Competências para as Autarquias Locais - Lei N.º 50/2018, de 16 de Agosto - Município de Alpiarça - Proposta do Sr. Presidente da Câmara.**-----

---O Sr. Presidente da Câmara disse que esta proposta vem à Assembleia Municipal que é o órgão que em ultima instância irá decidir sobre esta matéria da eventual transferência de competências para o Município e informou que entretanto a Câmara Municipal já aprovou por unanimidade uma proposta no sentido de não aceitação das competências em 01 de Janeiro de 2019.-----

Referiu que este é um processo que já vem a ser discutido entre o poder local e a administração central da transferência de competências nos sectores que o Governo nos propõe, assunto que já anda a ser discutido há mais de um ano e os Municípios desde sempre consideraram que estão abertos à assunção de novas responsabilidades, novas competências, muitos consideram que tal poderia ou deveria acontecer no quadro de uma regionalização do país com uma redefinição do papel do Estado e também do próprio poder regional, local, com nível Municipal e de Freguesia.----

Disse que isto é algo que não está garantido nesta lei quadro que foi aprovada e que foi publicada

agora durante o mês de Agosto e que ainda não se sabe os contornos concretos porque os diplomas sectoriais, os decretos lei sectoriais, que foram prometidos para fazer aqui a filtragem mais fina e mais concreta das competências que vão ser transferidas ainda não estão aprovados. Hoje havia notícias que tinham sido aprovados em Conselho Ministros, sete desses diplomas sectoriais em áreas mais ou menos laterais à ação do poder local e sobretudo a uma Câmara como a nossa o grosso destas áreas de intervenção que se pretende transferir para os municípios, ainda não foi objeto do tal diploma de aprovação sectorial, estamos a falar de áreas muito importantes, estamos a falar por exemplo da acção social, da saúde, da educação, dos transportes, da segurança social, de alguns aspectos da proteção civil, ou seja relativamente a este processo há quem diga que está aqui a propor-se uma reconfiguração do estado passando por cima da obrigatoriedade constitucional de se proceder à regionalização e mais grave do ponto de vista prático sem a dotação financeira adequada, para que os municípios consigam cumprir o seu papel. A acção do poder local já é hoje resultado de enormes dificuldades de subfinanciamento a lei das finanças locais nunca foi cumprida o nível de participação das autarquias dos municípios e das freguesias na receita do estado é muito inferior àquilo que deveria ser e aquilo que nos pretendem vir entregar são competências muitas vezes de execução nunca de decisão ou seja as autarquias não vão ter qualquer poder de decisão sobre o verdadeiro funcionamento das escolas sobre o funcionamento dos centros de saúde sobre os mecanismos de apoio social à população portanto a proposta é de rejeição pelo menos para 2019 de rejeição de qualquer das competências no âmbito deste processo de transferência de responsabilidades, transferência de problemas para os municípios em qualquer poder efetivo de gestão de áreas tão importantes depois, existem outros problemas que se colocam no âmbito da universalidade de acesso a serviços públicos e a funções sociais do Estado, agravará por esta via as desigualdades no acesso por parte dos cidadãos aos serviços das áreas já mencionadas.-----

--- O Sr. Deputado Joaquim Rosa do Céu começou por referir que nas palavras do Senhor Presidente da Câmara um dos motivos porque se deve votar contra a transferência é o facto de ainda se desconhecer as matérias a transferir e que as transferências para os municípios não podem envolver responsabilidades que eles não podem assumir, afirmação com a qual mostrou concordância e continuou a enunciar dois princípios que fazem parte da história do poder local nomeadamente que cada euro investido no poder local tem uma repercussão social muito superior que o mesmo euro investido pelo poder central e o princípio da subsidiariedade que diz que quem está mais próximo trata melhor a mesma matéria são dos princípios muito queridos ao

poder local, a questão da eficácia e da rentabilidade social, de seguida apontou algumas incongruências que não consegue entender naquilo que é dito tanto na forma escrita, como na forma oral, pelo senhor Presidente da Câmara, já que quando lê a alínea f) do art.º 2 da Lei, sobre os princípios e garantias que diz que a garantia da transferência para as autarquias locais dos recursos financeiros, humanos e patrimoniais adequados considerando os atualmente aplicados. Significa que as verbas que atualmente são gastas pela administração central, serão transferidas na íntegra para o poder local. Assim, aplicando o princípio que um euro investido pelo Poder Central, eu Poder Local faço melhor, perante isto não se entende porque se diz que não haja conhecimento das verbas. Quando se lê o art.º 11 das leis, ele fala das novas competências, e neste vasto conjunto de competências, algumas seria útil serem transferidas, por exemplo a reinserção social de jovens e adultos, apoio às equipas de intervenção permanente a promoção turística do mercado interno daí achar que as propostas apresentadas pela Câmara Municipal são fundamentadas de forma não precisa, errónea, porque nos procura transmitir que não há garantia dos recursos. Mas essa garantia existe, está plasmada na lei, é aquela que a administração central gasta. Contudo irão votar favoravelmente a proposta, não pela proposta em si, mas pelo seu espírito, sobretudo pela ausência de diferenciação, o município de Alpiarça não pode ser tratado da mesma maneira que, por exemplo, o município de Odivelas.-----

---O Sr. Presidente da Câmara por seu lado considera que é um descrédito total do poder local se fizer o mesmo que faz à administração central com o mesmo dinheiro é um descrédito completo porque o que faz a administração central com o dinheiro que gasta é muito menos que aquilo que devia fazer nas suas funções sociais e nas outras todas, não é possível existir eficácia. Considerou que o tal princípio de um euro investido pelo poder local tem muito mais rentabilidade do que investido pelo poder central, tem sido um discurso usado pelos centralistas para transferir problemas para as autarquias desresponsabilizando o Estado. Existe sim uma maior eficácia mas nas situações em que há financiamento externo, a questão da subsidiariedade coloca-se não em abstrato mas sim em concreto nem sempre quem está mais próximo tem os meios para o desempenho dessas tarefas, certo que se transfere os recursos e também os recursos humanos, mas todos nós sabemos que os recursos humanos são já infinitamente inferiores às necessidades. Vejamos por exemplo, a educação e a saúde o que é que os municípios vão definir em termos de educação em termos de política de saúde nem o Estado controla. Concluindo acha que este processo vai obrigatoriamente a continuar a ser discutido e estamos atentos ao papel da Associação Nacional de Municípios.-----

--- O Sr. Presidente da Assembleia colocou o ponto à votação.-----

--- O ponto foi aprovado por unanimidade com 15 votos a favor, a não-aceitação da Proposta de Transferências para as Autarquias, com declarações de voto dos deputados Armindo Batata do MUDA (PPD/PSD.CDS-PP-MPT) e Graciete Brito do PS.-----

PONTO 5 - Apresentação, discussão e votação de recomendações, moções e votos, conforme disposto no n.º 2 do art.º 20 do Regimento.-----

--- O Sr. Presidente da Assembleia informou que deram entrada fora do prazo dois votos de pesar apresentados por elementos da bancada do Partido Socialista mas que decidiu aceitar para discussão e votação.-----

--- Foi apresentado por Ana Rita Marques da bancada do PS o Voto de Pesar pelo falecimento de João Semedo.-----

"Filho de um engenheiro e militante comunista e de uma professora, João Semedo nasceu em 1951 na cidade de Lisboa onde frequentou o Liceu Camões. Iniciou as suas atividades políticas depois das cheias de 1967 através da mobilização estudantil de ajuda às vítimas.-----

Em 1968 participa na sua primeira manifestação contra a guerra do Vietname e ingressa na Faculdade de Medicina da qual virá a ser dirigente associativo. Entra na União de Estudantes Comunistas e no PCP em 1972 e em 1973 é detido pela PIDE/DGS passando duas semanas em Caxias.-----

Após 1978 passa a residir no Porto onde participa na fundação do Sindicato dos Médicos do Norte e passa a trabalhar para o Partido Comunista Português até aos anos 90 quando se demite do comité central do partido e volta a dedicar-se à medicina trabalhando num centro de abrigo para toxicodependentes e em Serviços de Atendimento Permanentes. -----

Torna-se diretor do Hospital Joaquim Urbano, no Porto, onde, entre 2000 e 2006, chefia o processo de renovação do hospital especializado no tratamento de doenças respiratórias e infecciosas.-----

Foi coordenador do Bloco de Esquerda entre 2012 e 2014, juntamente com Catarina Martins, afastando-se da vida política em 2015 por motivos de saúde, ano em que cria a fundação do movimento cívico a morrer com dignidade.-----

Destacou-se nos últimos anos da sua vida pela defesa da despenalização da eutanásia. Coordenou um livro, lançado nas vésperas do debate e votação no parlamento, de título "Morrer com Dignidade - A decisão de cada um". Aquando do debate parlamentar em torno da morte medicamente assistida, apelou a uma discussão racional, sem medos.-----

Foi coautor da nova proposta de Lei de Bases da Saúde, tendo lançado, em janeiro de 2018, com

António Arnaut o livro “Salvar o SNS”.-----
Morreu no Porto, a 17 de julho de 2018 – pelas suas conquistas e convicções lhe prestamos homenagem.”-----

--- O Sr. Presidente da Assembleia colocou o prolongamento dos trabalhos na Assembleia após as 00.00h, à votação, o mesmo foram aprovados por unanimidade.-----

--- De seguida o Voto de Pesar pelo falecimento de José Manuel Tengarrinha, foi apresentado pelo Sr. Deputado Carlos Marques da bancada do PS.-----

"José Manuel Tengarrinha nasceu no dia 12 de Abril de 1932, em Portimão, filho de uma família reconhecida no Algarve, o seu pai gerente da filial do Banco de Portugal, de pendor democrático teve uma atitude pró-aliados durante a 2ª Guerra Mundial, esta posição terá influenciado o jovem, que com 15 anos já se empenhava na atividade cívica integrando o MUD-J (Movimento de Unidade Democrática -Juvenil) fundado em 1945, com a finalidade de criar em Portugal condições para um governo democrático.-----

Com 16 anos foi estudar para Lisboa, para evitar ser preso no Algarve, mas não abandonou a atividade política e cívica no MUD-Juvenil chegando a pertencer á sua comissão central.-----

Inscreeveu-se na Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa no curso de Histórico-filosóficas que interrompeu no início da década de 1950 por ter sido conscrito para prestar serviço militar na companhia disciplinar de Penamacor, voltou a matricular-se como voluntario e acabou o curso em 1958 quando já era jornalista do Republica desde 1953.-----

A sua intervenção na frente antifascista e o compromisso com a oposição democrática foi uma constante o que lhe valeu diversas detenções no Aljube e em Caxias.-----

Com Salgado Zenha foi um dos tenores do Congresso da Oposição Democrática em 1973. Parte das conclusões do Congresso estariam um ano depois plasmadas no programa do MFA.-----

Tengarrinha foi durante décadas o rosto do MDP/CDE, herdeiro da CDE que na primavera Marcelista, reuniu Comunistas, Jovens Católicos e os Jovens Socialistas de Jorge Sampaio num programa eleitoral onde se falava pela primeira vez da questão Africana ou seja o fim da guerra colonial.-----

O 25 de Abril foi encontra-lo em Caxias, de onde saiu no dia 27 depois de ter criado problemas ao MFA e à Junta de Salvação Nacional, que pretendiam uma libertação faseada dos presos políticos coisa a que se opôs dizendo à saída «ou saiam todos ou não saia nenhum».-----

Mas Abril levou-o ao Parlamento, fez parte da Assembleia constituinte e deputado eleito na coligação com o PCP (APU) até 1986, tendo-se afastado do PCP e rompido a coligação em 1987

quando 70% do congresso do MDP/CDE aprovou esse afastamento, disse numa entrevista ao Público «Tínhamos várias divergências, não aceitávamos o centralismo democrático, afirmávamos que devia haver uma via democrática para o socialismo, pois já não fazia qualquer sentido falar de vanguardismo operário».

Criou em 1991 com comunistas que abandonaram o PCP depois da queda do muro de Berlim e do Golpe de Estado na Ex URSS o movimento política XXI, que mais tarde em conjunto com a UDP e o PSR deu origem ao Bloco de Esquerda, movimento em que não participou mas também não lhe manifestou qualquer oposição.

Juntou-se o movimento Partido Livre nas Europeias de 2014 com 82 anos e fazia parte da sua assembleia.

José Manuel Tengarrinha foi também professor jubilado na Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, esta atividade sobressaiu na sua vida quando como disse em entrevista, teve de optar pela política ou pela docência «pois não era possível estar de manhã na assembleia e à tarde na faculdade e vice-versa».

A sua atividade académica desenvolveu-se entre a investigação da história da imprensa Portuguesa e a origem dos movimentos populares agrários em Portugal, trabalho esse que segundo António Melo ainda hoje baliza o estudo na academia Portuguesa na definição dos conceitos de Povo e opinião pública.

A sua obra «História da imprensa periódica portuguesa das origens a 1865» e o segundo volume de 1965 a 1989 - é uma referência para compreender os modelos jornalísticos em Portugal.

A sua tese de doutoramento «Movimentos Populares Agrários em Portugal» varreu a tese de que em Portugal estes movimentos não tinham ocorrido e descreveu a forma como ocorreram desde o período Pombalino até á revolução Liberal.

Em 2006 fez a análise da ligação entre imprensa e espaço publico desde a revolução liberal até ao Estado Novo em «Imprensa e Opinião Publica em Portugal»

Por incumbência da Assembleia da Republica publicou “ José Estevão o Homem e a legislação no Brasil Colonial”

Respondendo ao repto do I congresso do Movimento Operário e Movimentos sociais da Universidade Nova lançou «1872: o início da ofensiva operária em Portugal»

O Povo foi sempre figura central da sua obra, mas para isso é necessário saber o que é essa entidade, foi o que fez no ensaio «E o Povo onde está» editado em 2008

Mas o legado de José Manuel Tengarrinha vai para além da vida académica e da política tendo

fundado o Centro Internacional para a conservação do património e liderado o Instituto de Cultura e Estudos Sociais, com sede em Cascais onde promoveu cursos sobre diversos temas.-----

Ainda jovem na sua terra Natal praticou várias atividades desportivas, vela, natação, voleibol e futebol nos iniciados do Portimonense e do Farense. Praticou Boxe e só não foi campeão algarvio porque, segundo ele, os adversários não compareceram, no Judo foi cinturão castanho e dizia "Uma vez levei uma grande sova da Policia e recorri ao Judo para me defender.-----

José Manuel Tengarrinha morreu, aos 86 anos, no dia 29 de Junho de 2018 vítima de doença prolongada, foi um político do séc. XX e um professor para as gerações futuras".-----

--- A Sr^a Deputada Anabela Costa disse que iria votar favoravelmente embora ache que são muito extensos e com apartes desnecessários num voto de pesar.-----

--- O Sr. Deputado Celestino Brasileiro disse que o José Manuel Tengarrinha foi nomeadamente um dos arquitetos do nosso regime democrático, parte de um voto de pesar aprovado por unanimidade na Assembleia da Republica. Entre outros elogios a José Manuel Tengarrinha, disse ter conhecido pessoalmente o José Manuel Tengarrinha que por diversas vezes visitou a casa de seus pais quis destacar a sua capacidade de fazer pontes.-----

--- Foram postos à votação e ambos aprovados por unanimidade.-----

Declaração de voto do Sr. Deputado Armindo Batata, comum aos dois votos apresentados; "Voto favoravelmente os votos de pesar, porque eram dois homens livres, amantes da liberdade, que muito prezo".-----

Declaração de voto do Sr. Deputado Celestino Brasileiro, em relação ao voto de pesar de José Manuel Tengarrinha; "Exatamente um pouco por aquilo que disse, pela sua capacidade de criar consensos, pela sua luta pela liberdade, pelo respeito que sempre teve pelos outros, e foi por isso que votei favoravelmente este voto de pesar."-----

PERÍODO DO PÚBLICO-----

Não houve intervenções do público.-----

MINUTA DA ATA-----

--- O Sr. Presidente da Assembleia deu a palavra à primeira secretária, Sr.^a Deputada Liliana Carapinha para ler a minuta da ata.-----

--- Assim, nos termos da lei, nada mais havendo a tratar, esta minuta foi colocada à discussão e votação, tendo sido aprovada por unanimidade.-----

--- Foi a reunião encerrada pelo Sr. Presidente da Assembleia Municipal de Alpiarça, às 00h20m da qual e para constar, se lavrou a presente minuta da ata e vai ser assinada pelos membros da Mesa

da Assembleia Municipal.-----

Presidente Assembleia Municipal, Fernando Louro _____

1ª Secretária, Lílíana Carapinha _____

2ª Secretária, Fernanda Garnel _____

Alpiarça, 13 de Setembro de 2018-----